

A PRÁTICA DO MARACATU NA CIDADE DE FORTALEZA.

Carlos Rafael Vieira Caxilé¹

Nosso objetivo nesse texto é explicitar a prática do maracatu, presente na cidade de Fortaleza, a partir do final do século XIX, enquanto expressão e manifestação da cultura popular, rica em aspectos simbólicos e espaços de sociabilidade e integração cultural; momentos de liberação e contestação da ordem vigente. A população vive a cidade a seu modo, produzindo lazer e festa. Os rituais que a constituem confere mais autonomia para a população operar nesses espaços. São exatamente as fronteiras pouco definidas desses campos que oferecem margem às práticas devocionais, às orações, às simpatias, igualmente à diversão, ao lazer e a bebedeira, constituindo-se em momentos importantes de sociabilidade, mas também de resistências e contestações.

A Cidade de Fortaleza, no final do século XIX, era palco de uma série de práticas culturais relacionadas à igreja católica. Essas manifestações religiosas apresentavam espetaculares manifestações externas de fé, expressas no culto aos santos, procissões e funerais. Esses festejos organizados pelas irmandades em homenagem aos padroeiros, ou outros de devoção, eram um dos momentos mais importantes da vida da própria cidade, tanto em função do público que atraía, como pelos transtornos que causava à organização do trabalho. Para descontentamento das autoridades civis e religiosas, preocupadas com o cumprimento da ordem e com a continuidade da postura oficial católica. Essas manifestações, raramente, não confundiam as práticas sagradas com as profanas nas comemorações de rua. Além dos sermões, das missas, novenas e procissões, eram importantes as danças, coretos, barracas de diversão, fogos de artifício, comidas e bebidas.

As irmandades desempenharam funções fundamentais no exercício de uma religiosidade colonial e barroca, marcada principalmente pelo culto aos santos, pelas devoções pessoais e pela pompa das procissões e festas, caracterizada pela grandiosidade das manifestações exteriores da fé, onde conviviam elementos sagrados e profanos. A essa especificidade da prática católica colonial agregava-se um caráter utilitário e imediatista, que buscava consolo e soluções para questões do cotidiano, principalmente por interferência dos santos, aos quais eram dirigidas promessas que seriam cumpridas mediante o alcance da graça pedida. Desde cedo as irmandades tornaram-se exclusivas e determinadas por categorias raciais e sociais, agrupando seus integrantes conforme a cor de sua pele e seu lugar na

¹ Professor-Pesquisador-CNPq – Doutorando em História PUC-SP. rafaelcaxile@hotmail.com

hierarquia social. Para um maior aprofundamento sobre irmandades ver: Souza,2002, Reis, 1991; Soares, 2000.

Desde a chegada da família real no Brasil em 1808, foi crescente a preocupação das autoridades com a ordem pública, proibia-se com freqüência músicas, danças e batuques, que ao aglomerarem-se em número considerável de negros, na maioria das vezes, terminava em desordens. A repressão no decorrer do tempo tornou-se mais intensa, atingindo até as manifestações anteriormente aceitas, como aquelas que faziam parte dos festejos realizados pelas irmandades de cor. (Debret, 1940)

Na cidade de Fortaleza, as medidas de controle e proibição dos festejos populares variavam de um momento para o outro, quando as ameaças de revoltas estavam no presente, intensificavam-se as proibições radicalmente às manifestações populares, considerados momentos propícios para rebeliões. Em outros momentos mais estáveis, alegava-se que as diversões populares desrespeitava a ordem e causava a vadiagem, incompatíveis com a posição da capital do Ceará e a pretendida civilização.

O período que compreende o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX marca um conjunto de importantes transformações sociais, políticas e econômicas. Na formação histórica do Brasil, acontecimentos como o fim da mão de obra escrava, implantação do regime republicano, instauração do trabalho assalariado, em grande parte desencadeados pelo surgimento de novas forças e valores sociais e das injunções demandadas pelo sistema capitalista que então se tornava hegemônico, foram alguns dos aspectos decisivos ao processo de construção de uma nova ordem econômica, política e social no país. No rastro desse quadro de mudanças, as principais cidades brasileiras passaram por uma série de reformas urbanas e sociais. Efeitos práticos dos desejos dominantes de modernização da sociedade, tais reformas buscavam alinhar os centros urbanos locais aos padrões de civilização e progresso disseminados pelas metrópoles da Europa. (Schwarcz, 2001)

As cidades brasileiras, a partir de 1850, passaram por transformações consideráveis, que refletiram incisivamente na abolição da mão de obra escrava no Brasil. É importante observarmos que as mudanças ocorridas na província do Ceará, a partir da segunda metade do século XIX, não estavam acontecendo isoladamente, outras províncias do Brasil imperial, principalmente depois de 1850, passaram por transformações sociais, políticas e econômicas onde as cidades, suas capitais, constituíram-se como as sínteses dessas transformações. As mudanças que aconteceram a partir dos anos 50 trouxeram como consequência uma forte urbanização. O rápido crescimento das cidades seguiu um aumento considerável da população citadina, cujos valores tornaram-se bem diferentes daqueles da população do campo. O meio

urbano constituiu-se espaço bastante propício a difusão de novas idéias. A forte concentração de pessoas, consoante ao desenvolvimento dos meios de comunicação, jornais, folhetins e transportes, estradas de ferro e navios a vapor, favoreciam a transmissão de notícias e sua discussão. Estimulando a formação de uma opinião pública. Nos centros urbanos nessa época observou-se uma forte adesão à causa abolicionista.

Todo esse desejo de reformas e intervenções que despontou na cidade de Fortaleza a partir da segunda metade do século XIX, evidencia a existência de um processo que objetivou racionalizar a cidade e disciplinar seus moradores. É nesse período, que se estende até a segunda metade do século XX, no processo de constituição de seu meio urbano, que pretendemos iniciar a análise da participação popular em comemorações, festejos e manifestações, principalmente os Maracatus, entendendo-os como um momento significativo de sociabilidade, integração de culturas e tensões entre algumas de suas facetas, de expressões autônomas e de resistência aos novos comportamentos requeridos pela ideologia da modernidade, expressos principalmente pelos termos civilização e progresso.

As camadas populares revelam uma maneira própria de viver o espaço urbano de moradia, de trabalho e lazer, bem como sua religiosidade. Burlam a vigilância dos espaços institucionalizados, quer os ligados a Igreja católica, quer aqueles sob autoridades políticas civis, pois também vivem, em parte, as tentativas de imposição da disciplina de trabalho, quanto ao emprego fixo, à assiduidade e aos horários estabelecidos. O desejo de impor controle e disciplina as camadas populares era manifesto sob essas diversas formas.

No final do século XIX e início do século XX, algumas manifestações populares ainda eram bastante praticadas na cidade de Fortaleza e, entre boi surubi, pastorinhas e fandangos há o auto dos reis de congo muito observado e relatado por memorialistas cearenses, como também os maracatus. Os congos são registrados até a primeira década do século XX, depois desaparecem das anotações e dos registros oficiais. Em compensação o maracatu emerge com força total, principalmente, a partir de 1936, data em que passa a desfilar nos carnavais de rua de Fortaleza.

O maracatu do Morro do Moinho, Maracatu do Outeiro, da Apertada Hora, da Rua de São Cosme e do Manuel Conrado se apresentavam principalmente durante o período de festas natalinas. A partir das primeiras décadas do século XX, os maracatus deixaram de se apresentar em períodos de festas de fim de ano e passaram a participar dos carnavais de rua da cidade de Fortaleza. Raimundo Alves Feitosa desfilou no curso fortalezense com o recém-criado maracatu Az de Ouro, no ano de 1936, sendo esse o primeiro maracatu a participar nos carnavais de rua de Fortaleza.

O carnaval, especificamente, era uma festa importante no âmbito da cultura da cidade. Apesar de considerado profano, sua compreensão só se completa se pensada em relação à quaresma, um tempo de jejum, abstinência de carne, sacrifícios e orações, proposto pela Igreja Cristã em preparação à Páscoa: celebração de Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo. É nessa oposição que o carnaval ganha sentido. Trata-se de festas que aglutinam rituais e outras práticas vivenciadas de forma menos intensa nas demais comemorações.

O carnaval era festejado desde o final do século XX, em Fortaleza, constituindo-se em mais uma de suas tradições populares. A principal forma de comemoração era o famoso entrudo, consistindo em foliões que davam verdadeiros banhos d'água nos transeuntes, os quais, em geral, acabavam aderindo à brincadeira. Era hábito, entre as famílias da elite, reunirem-se e fazerem uma guerra de limão-de-cheiro. Mulheres e homens participavam e, muitas vezes, a brincadeira finalizava-se com um animado baile e comes e bebes.

Nessas brincadeiras, havia também extrapolações dos padrões aceitáveis, tais como o uso de limão-de-cheiro com outros líquidos, tinturas para manchar as roupas, água com odores desagradáveis ou mesmo pimenta, com o objetivo de atingir os olhos dos transeuntes. Nem todos aceitavam a natureza da brincadeira e muitos partiam para briga.

Essa forma de brincar o carnaval, originária da tradição portuguesa e introduzida no Brasil desde os tempos coloniais, que se diferenciava de outras formas européias, como, por exemplo, a de Veneza, com o tempo foi sendo considerada não muito civilizada, contudo, as práticas descritas não foram de todo eliminadas, convivendo durante longo tempo com as novas.

Mudanças na forma de comemorar, a partir de meados do século XIX, revelam transformações do meio urbano, de incorporação de novos comportamentos associados à modernidade. Trata-se de uma trajetória de convivência das manifestações populares e de sua participação na festa, como também na elaboração do espetáculo, a partir do qual os trabalhadores menos favorecidos tornam-se assistência (dos préstitos e corsos), e mesmo essa condição deveria ser bem comportada, vigiada pela polícia.

Todos os anos, o Carnaval ocupava os espaços e referências na imprensa de Fortaleza, quer sobre a chamada para os preparativos, quer sobre o transcorrer da folia, dos bailes. Entre as suas formas de apresentação, que passaram a ser valorizadas, constava a realização do préstito carnavalesco, o desfile de carros e pessoas pelas avenidas da cidade, com diversas alegorias, configurando sátiras e homenagens a personagens ou a acontecimentos recentes.

As várias maneiras de intervenção das autoridades para controlar certos hábitos e práticas da população - tais como a da Igreja, em relação a algumas procissões, ou da polícia, contra determinadas manifestações populares, a fim de instaurar a ordem e o silêncio – podem ser entendidas dentro do contexto de estabelecimento de um novo modo de vida na cidade, até mesmo de acentuar a disciplina do trabalho. Daí, viam a necessidade de extinguir tradições não condizentes e promover a repressão ao desejo de se divertir livremente. Mesmo que as autoridades mencionadas agissem por razões distintas, possuíam em comum a pretensão de controle sobre o tempo livre da população.

Entendendo que as festas populares são potencialmente momentos de liberação e sociabilidade, muitas vezes proporcionando quebras de comportamentos padronizados, é importante pensar a prática do maracatu em Fortaleza, enquanto expressão e manifestação da cultura popular, integrando diversas tradições, com grande envolvimento das camadas menos favorecidas.

É importante entender a prática do maracatu na cidade de Fortaleza enquanto um ambiente propício a formação de identidade, ou seja, de superação da invisibilidade entre diferentes setores da sociedade, bem como, estratégias de manutenção e instrumentalização dos processos de afirmação, resistências, solidariedades e cidadania.

Assim, as nações de maracatu, garantindo a participação social, contribuem para a construção da cidadania, do trabalho, do reconhecimento da riqueza e do direito à diferença, isto é, da dignidade humana.

O maracatu é uma manifestação popular praticado na cidade de Fortaleza principalmente durante o período de carnaval. Alguns autores, na grande maioria, músicos e jornalistas têm se preocupado em estudá-lo, privilegiando, sobretudo, seus aspectos musicais e artísticos. É comum esses autores remeterem a origem dessa manifestação ao início do século XX, ocasião em que foi fundado o Maracatu Nação Az de Ouro.

Das nações de maracatu existentes atualmente em Fortaleza, Az de Ouro é a mais antiga. A história de sua fundação confunde-se com a história do surgimento do maracatu na cidade de Fortaleza. Seu criador Raimundo Alves Feitosa, o Boca Aberta, como é conhecido pelos amigos, numa entrevista publicada em determinado jornal cearense, afirmou que a idéia da criação do seu Maracatu aconteceu logo após ter presenciado, participado e se encantado pelo maracatu pernambucano, e após retornar ao Ceará, fundou a Nação Az de Ouro.

Em determinado momento da entrevista Raimundo Feitosa disse: “eu criei o Az de Ouro em 1936, logo que voltei. Um dia, era perto do carnaval, saí do trabalho e vi as orquestras tocando. Estava com dois amigos que tinham ido comigo tomar umas cachaças. Eu

disse para eles: “negrada, eu queria fazer um bloco aqui em Fortaleza, mas tinha de ser um bloco bonito, uma coisa que eu vi lá em Pernambuco e gostei muito”. Eles perguntavam que tipo de bloco era. Eu respondi: Ma-ra-ca-tu! Eles nem sabiam o que era isso.” O depoimento de Raimundo Alves Feitosa levou pesquisadores a considerarem o maracatu cearense apenas uma versão do maracatu pernambucano.

Existem em Pernambuco duas variedades de maracatu: o primeiro, conhecido como “rural” ou “baque solto” e o segundo, “nação” ou “baque virado”. O maracatu rural surgiu na Zona da Mata norte pernambucana, praticada entre os trabalhadores de engenho da região, onde depois imigrou para o centro urbano de Recife. Essa variante de maracatu possui no seu cortejo os personagens: “caboclos de lança”, “caboclos de pena”, “porta-estandarte” e “damas de frente”, encabeçado por uma “dama”, que conduz uma boneca de pano branco. Ainda há o “mestre de toadas” que entoava as músicas ao acompanhamento de uma orquestra de percussão e sopro, também conhecida por “orquestra de baque solto”.(Dantas,1988; Guerra,1980;Maia, 1995;Real,2001)

O maracatu Nação por sua vez consta de um cortejo régio que representa velhas nações africanas. Nesse maracatu participam entre 30 e 50 figuras. Entre elas estão o Porta-Estandarte, trajado à Luís XV, que conduz o pavilhão e, ao seu lado, traz uma baliza ou um ajudante. Atrás, vêm as damas do paço, cinco ou dez delas, as de maior importância no bailado, e que carregam as Calungas. Os quatro autores referidos no parágrafo anterior são unânimes em afirmar que a maioria das Nações pernambucanas de maracatu possui um caráter religioso, onde a dança executada com as calungas é obrigatória na porta das igrejas, representando um "agrado" à Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito e, quando o Maracatu visita um terreiro é comum homenagearem os Orixás

O maracatu Nação também recebe a denominação de “baque virado” porque este termo é sinônimo de um dos "toques" característicos do cortejo. Os Maracatus de baque virado sempre começam em ritmo compassado, que depois se acelera, embora jamais alcance um andamento muito rápido.

Alguns autores afirmam que o maracatu nação é uma manifestação popular que tem suas origens no séc. XVII. Neste momento, foi criada a Instituição do Rei do Congo através da qual a Coroa Portuguesa ‘autorizava’ os negros, escravos ou libertos, a elegerem seus reis e rainhas. A cerimônia de coroação acontecia no dia de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em frente às igrejas, sendo presidida por um pároco indicado pela coroa. O maracatu era então designado como Nação, isso porque a escolha dos reis era feita de acordo com as diferentes etnias africanas trazidas ao Brasil. (Tinhorão, 1988; Souza, 2002; Lara, 2001).

A aparição da população negra e mestiça, nas procissões realizadas no Brasil, se deu na província de Pernambuco, nos primeiros séculos da colonização. Nessa província, no final do século XVII, os africanos e crioulos, através da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, construíram sua primeira igreja do Rosário e ali comemoraram suas festas de coroações de reis negros; um visitante estrangeiro chamado Urbain Souchut de Rennefort, de passagem por Recife, no final do século XVII, descreveu uma dessas festas de coroamento de reis negros. “Apesar do duro cativo em que vivem, os negros não deixam de se divertir algumas vezes. No domingo 10 de setembro de 1666 teve lugar a sua festa em Pernambuco. Depois de terem ido a missa, em número de cerca de quatrocentos homens e cem mulheres, elegeram um rei e uma rainha, marcharam pelas ruas cantando e recitando versos por eles improvisados, precedidos de atabaques, trombetas e pandeiros.”

Observando a descrição feita pelo pesquisador Mello Moraes da festa de coroação de um rei negro no Rio de Janeiro em meados do século XVIII, percebe-se que a festa tem a estrutura semelhante à maioria das festas de santos, dividindo-se em duas partes, a primeira dentro das igrejas, ministrada por padres e a segunda, profana, fora dos espaços sagrados; nas comemorações de rua, fossem de brancos ou de negros, sempre vinha acompanhada de danças, músicas, cortejos e teatralizações.

A festa descrita por Mello Moraes configura momento privilegiado de expressão étnica, sob o comando de um chefe; representava para as populações de negros e mestiços momentos de ruptura do cotidiano, de extravasamento das paixões, de exacerbação da identidade coletiva, de exaltação dos sentidos e de inversão de hierarquias com uma autoridade eclesiástica coroando um rei negro. Segundo o autor, as danças conhecidas como congos seriam danças e representações de episódios da história e mitologia da África-Centro-Occidental, praticados no Brasil desde o período colonial por escravos africanos de etnias diversas, que dançavam e cantavam pelas ruas em suas línguas natais por ocasião de alguma festa. Essa manifestação era formada por um complexo enredo que contemplava a morte do filho do rei e da rainha, que exigiam a sua ressurreição, que seria realizada por meio de rituais mágicos executado pelo feiticeiro. A peça era encenada por vários personagens que cantavam e dançavam ao som de instrumentos de origens africanos, numa mistura de palavras portuguesas e africanas. (Moraes, 1946)

A partir do século XIX, ficam menos freqüentes, no Brasil, referências a coroamento de reis de outras nações que não aqueles do Congo. Segundo a historiadora da Universidade de São Paulo, Marina de Mello e Souza isso ocorreu devido a três fatores: a relação histórica estabelecida entre Portugal e África Centro-Occidental; na natureza do tráfico que lá se

implantou; e nos mecanismos de constituição de comunidades negras na América Portuguesa. A predominância da eleição de reis de Congo sobre a eleição de reis de outras nações, que se deu a partir do século XIX, pode ser entendida no quadro da construção e consolidação de uma identidade negra católica, construídas a partir de elementos africanos, porém no âmbito da dominação colonial (Souza, 2002).

Pereira da Costa, averiguando documentos do início do século XIX da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da paróquia de Boa Vista em Recife, observou que “somente os do Congo gozavam do privilégio de eleger um rei que superintendia sobre os demais”; não cogitou, porém o autor que não necessariamente eram os congos que elegiam seu rei, porém o título de rei Congo havia se transformado, no Recife, na designação do chefe da comunidade africana – o rei Congo.

Encontramos em algumas obras de memorialistas cearenses relatos, que datam o final do século XIX e o começo do século XX, a respeito de algumas manifestações populares praticadas na cidade de Fortaleza e, entre pastorinhas, fandangos e boi surubi, está presente o auto dos reis de Congo, neste período conhecido por todos pelo nome simplificado de Congos. O cearense Gustavo Barroso foi um dos memorialistas que presenciou, observou e descreveu algumas dessas manifestações populares praticadas na cidade de Fortaleza. Assíduo frequentador destas festas populares, Gustavo Barroso cita os Congos de João Ribeiro, localizado no fim da rua Major Facundo, bem como os Congos da Praça do Livramento, atual praça do Carmo. Os Congos de João Ribeiro tinham o nome de pastoris africanas.

Conforme relata João Nogueira na Revista do Instituto do Ceará, número 48, publicada em 1934, os Congos de Fortaleza se apresentavam à época do natal, saindo pela primeira vez na noite de festas, quando iam dançar em frente à igreja de Nossa Senhora do Rosário, a um quarteirão da praça do Ferreira e depois se dirigiam para apresentações em frente às casas de família.

Muito antes destes ensaios e encenações do auto dos reis do Congo, no meio do matapasto, assistidos por Gustavo Barroso e seus primos do alto dos muros existentes nos fundos do quintal da casa do futuro coronel Licínio Nunes de Melo, situada na rua Formosa, hoje e desde 1909 a rua Barão do Rio Branco, as solenidades de coroação tinham lugar à igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Ao término da coroação dos Reis de Congo, os soberanos ungidos e sua comitiva eram recebidos, do lado de fora das igrejas, pela turba, com uma festa de cantos, batuques e alegria profana, saindo o desfile até as casas dos abastados que os haviam contratado

previamente para evoluções em troca de donativos ou paga em dinheiro. Muitas vezes chegavam de surpresa em outras casas e haja baticum.

Dessa forma cabe questionar: o maracatu praticado na cidade de Fortaleza remonta ao final do século XIX, possuindo uma estreita relação com as festas realizadas por negros pertencentes a irmandade de Rosário de Fortaleza? Ou o maracatu fortalezense teria se originado no auto dos reis de congo praticado na igreja do Rosário, sendo a manifestação resquício do séqüito que acompanhava o rei no ritual de entronação? Ou, ainda, será que o maracatu é uma fusão de vários brinquedos populares como congadas, pastorinhas, cucumbis e outros? Essas observações nos remetem a pensar a prática do maracatu na cidade de Fortaleza, já no final do século XIX e início do século XX, como também, as diferenças apresentadas por esses maracatus quanto ao cortejo e ao ritmo diante daqueles praticados em Pernambuco.

O memorialista Gustavo Barroso cita a existência de alguns maracatus no final do século XIX presentes na cidade de Fortaleza, sendo eles: Maracatu do Morro do Moinho, Maracatu do Outeiro, Maracatu do Manuel Conrado, Maracatu da Apertada Hora, Maracatu da Rua de São Cosme. Sua descrição nos permite visualizar a manifestação com seus personagens, adereços, instrumentos e cadência. Suas observações constituem importante fonte de análise, pois através delas é possível perceber a existência do maracatu na cidade de Fortaleza, já no final do século XIX e início do século XX, como também, as diferenças apresentadas por esses maracatus quanto ao cortejo e ao ritmo diante daqueles praticados em Pernambuco.

No nordeste brasileiro não existe o cordão com seus índios empenachados e estandartes berrantes, mas existe o maracatu, que tem o mesmo caráter sinistro, o mesmo canto monótono, a mesma dança cadenciada, o mesmo tom de procissão, de não sei qual cerimônia achanti, sudanesa ou hotenote, transplantada para o Brasil e executada nas ruas de suas capitais.

O maracatu, porém, não tem índios. Todos os seus figurantes vestem de negras, de saia e cabeção, à maneira baiana, mas com autos cocares de penas de ema à cabeça. Guarda melhor as tradições africanas. Geralmente, é maior que o cordão. Consta de uns trinta indivíduos, que formam em duas fileiras, conduzidos por um tocador de ganzá ou maracá de folhas de flandres.” (Gustavo, 1917,p.18,19)

Ainda, através das anotações do memorialista, percebemos outro aspecto peculiar do brinquedo, a frequência de suas apresentações. Segundo Gustavo Barroso, a prática dos maracatus na cidade de Fortaleza não se dava apenas nos dias festas e de carnaval, mas também em outras ocasiões aleatórias. Não havia um dia certo para os brincantes saírem às ruas. Nesses momentos incertos a manifestação, na maioria das vezes, era guiada por um “negro”, que cantava “plangentemente” e conduzia o cortejo para frente das casas, depois,

organizava uma roda e o grupo dançava no compasso “musical, langoroso, hierático, africano”.

A cadência “langoroso e hierático” que nos fala Gustavo Barroso remete aos cantos rurais denominados “lundus” oriundos de Luanda em Angola região da África Ocidental, diferentemente dos maracatus praticados em Pernambuco que se aproximam do samba e do maxixe.(Dantas, 1988; Guerra, 1980).

Até a primeira década de vinte os maracatus praticados em Fortaleza recebiam denominações de bairros e vilas, e a partir da terceira década do século XX, começam a ser chamados de Nação, qual o significado do termo nação para os maracatus fortalezenses? Faz sentido remeter a adoção do termo aos tempos da coroação do rei de Congo quando determinados grupos de escravos ou libertos preenchiam a encenação concorrendo para cumprimento da disciplina na manifestação, exercendo postos hierárquicos, cuja ocupação era uma prerrogativa concedida aos negros escolhidos pela sua gente e apoiados nas garantias que lhes ofereciam os senhores escravocratas, apresentando entre os membros o sentimento de pertencimento, de união, relação embasada em laços de solidariedade, de igualdade e diferenças que unem todos em torno do mesmo objetivo? Ou podemos conceber o termo nação empregado pelos colonizadores para designar grupos originários de uma mesma região, com costumes semelhantes, diferentes daqueles da sociedade na qual estavam inseridos? As nações foram denominadas a partir de que sistema de classificação? Faz sentido pensarmos essa denominação somente pela ótica do colonizador que adotou o termo a partir de uma relação de povos, territórios, rotas e portos envolvidos no tráfico?

Nas primeiras décadas do século XX os maracatus deixaram de se apresentar em períodos de festas natalinas e passaram a participar dos carnavais de rua da cidade de Fortaleza. Raimundo Alves Feitosa desfilou no curso fortalezense com o recém-criado maracatu Az de Ouro, no ano de 1936, sendo esse o primeiro maracatu a participar nos carnavais de rua de Fortaleza. Segundo Joaquim Pessoa de Oliveira, o “mestre Juca”, quando brincou no maracatu pela primeira vez, corria o ano de 1939 e o Az de Ouro ia pela rua Senador Pompeu, puxando o curso a partir da praça do Passeio Público. Vestido de índio, o rapazote Juca começava sua relação com a Nação Az de Ouro. Participou desse maracatu por aproximadamente sessenta anos, quase o próprio tempo de vida. Até o ano de 2002, antes de sofrer um derrame, que o deixou com parte do corpo paralisado, ainda levava o balaio gigante na cabeça, arte que equilibrou desde 1970.

No primeiro carnaval de rua oficial na cidade de Fortaleza, com o maracatu também desfilavam pelas ruas, carros alegóricos, blocos, ranchos e muitos foliões que percorriam as

ruas do centro, sem itinerário predeterminado, comemorando a temporada do Rei Momo. Os grupos que se destacassem dos demais pela sua fantasia, pelas suas músicas, por sua organização ou por qualquer outro atrativo, seriam agraciados com prêmios, distribuídos por pessoas de prestígio social e econômico de Fortaleza e pela Prefeitura Municipal. Jornalistas indicados pela Associação Cearense de Imprensa compõem o “tribunal julgador”. Esses indivíduos eram responsáveis por dar o seu juízo sobre os blocos carnavalescos. O vencedor dos quesitos fantasia, música e letra das marchas, execução, entusiasmo e organização era agraciado com taças e prêmios em dinheiro.

O ritual apresenta sua complexidade. A primeira vista a coroação de um rei ou rainha negro, para um simples observador, apresenta apenas um ato de encenação sem conotação política e social consideráveis. A rainha adornada com um vestido de seda de muitas cores acompanha o rei que veste um manto, jaleco e calções e segura na mão um cetro de madeira dourado, o cortejo vem logo atrás trazendo bandeiras e tambores. Num segundo momento, contrariando a forma, quando se olha com mais profundidade, percebe-se as verdadeiras relações expressas no conteúdo.

Essas manifestações projetam importantes relações sociais e políticas. Nessas festas os símbolos ganham novos sentidos. Universo de construção de identidades e de expressão de poderes organizava as relações internas ao grupo e também as relações do grupo com a sociedade abrangente, no que diz respeito a hierarquias, exercício de poder e solidariedade.

Em todas as sociedades o teatro tem uma grande importância simbólica, política e social. De um lado os donos do poder apresentam o controle político, através da imposição dos seus valores, e do outro a massa popular encena seu contrateatro, ocupando o palco das praças, dos mercados e das ruas, empregando o simbolismo da resistência, do protesto e do cômico. Portanto, a observação às formas e aos gestos presentes no ritual pode proporcionar ao pesquisador significativa contribuição ao conhecimento histórico. E determinadas formas só podem ser compreendidas se buscarmos entender as crenças da cultura baseada na tradição e no costume (Thompson, 2001).

Bibliografia consultada:

- BARROSO, Gustavo. *Idéias e Palavras*, Fortaleza: Livraria Editora Leite Ribeiro & Murilo, RJ, 1917.
- DEBRET, Jean Baptista. *Viagem pitoresca e histórica do Brasil*. Trad e notas. Sergio Milliet, São Paulo: Livraria Martins, 1940.

- GERRA, Peixe Cesar. *Maracatu de Recife*. Coleção Recife, vol. XIV. Recife, Irmao de Vitale, 1980.
- DANTAS, Leonardo Silva. *Estudos sobre escravidão negra*. Recife, Fundaj, Ed. Massangana, 1988.
- LARA, Silvia Hunold. *Significados Cruzados: Um reinado de congo na Bahia setecentista*. In: Carnavais e outras festas: Ensaio de história social e cultura. Org. Maria Clementina Pereira da Cunha, São Paulo, Unicamp, 2002.
- MORAES FILHO, Mello. *Festas e tradições populares no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Editores, 1946.
- MAIA, Clarisse Nunes. *Sambas, batuques, vozerias e farsa pública: O controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX*. Dissertação de Mestrado em Historia, UFPE, 2002.
- REIS, João José. *A Morte é uma festa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- REAL, Katarina. *Eudes. O rei do maracatu*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, ed: Massangana, 2001.
- SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- SOUZA, Marina de Mello. *Reis Negros no Brasil Escravista: História da festa da coroação de Rei de Congo*. Belo Horizonte, ed, Humanitas, 2002.
- SCHARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. Edição 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- TINHORÃO, José Ramos. *Os sons dos negros no Brasil. Cantos, danças, folguedos: origens*. São Paulo, art editora, 1988.
- THOMPSON, E.P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Org: Antonio Luigi, Sergio Silva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.